

# Um militar no Império

## Marcos Guimarães Sanches

Mestre em História do Brasil, doutor em História Social, professor de História do Brasil da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Universidade Gama Filho e sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

### RESUMO

A consagração do Almirante Tamandaré como Patrono da Marinha sugere a investigação do seu perfil e trajetória profissional. Participante de praticamente todas as ações militares internas e externas desde a Independência até a Guerra da Tríplice Aliança, não se envolveu com a política partidária, exercendo quaisquer cargos fora da Marinha. Uma longa carreira militar e a predominância de um perfil técnico-profissional foram atributos destacados por seus biógrafos, que contribuíram para a construção da imagem de Patrono.

PALAVRAS-CHAVE: TAMANDARÉ – CARREIRA MILITAR – ESTADO IMPERIAL

### ABSTRACT

*The promotion to Navy Patron of Admiral Tamandaré suggests a professional and profile trajectory investigation about him. Participating of almost all internal and external military actions since Brazilian independence until the Triple Alliance War; he has not involved himself with politics or party issues, assuming any tasks outside Navy. A long military career besides the predominance of a technical and professional profile have been some of the outstanding predicates mentioned by his biographers, that contributed to the construction of a patron image.*

KEY-WORDS: TAMANDARÉ - MILITARY CAREER – IMPERIAL STATE

As comemorações históricas, a par de suas finalidades no campo da memória, ensejam estudos acadêmicos que contribuem para o avanço do conhecimento. O bicentenário de nascimento do Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré, nos sugere uma reflexão sobre o seu perfil como militar no contexto do Estado Imperial, quando atuou em praticamente todas as intervenções militares internas e externas sem, no entanto, ocupar cargos políticos como outros chefes militares.

Autor de uma trajetória profissional bastante singular, foi elevado à condição de Patrono da Marinha (Aviso nº 3.322, de 4 de setembro de 1925) por iniciativa de um ministro, Alexandrino Faria de Alencar, tido de forma unânime na historiografia como um modernizador da Força. Que atributos se desejava ressaltar no Almirante? Considerar como singular sua trajetória implica em definir as linhas gerais do perfil do militar no Império e nele situar o nosso personagem.

O processo de consolidação do Estado nacional no Brasil desdobrou-se desde os últimos anos do período colonial até a década de 1850. Tal compreensão implica em superar uma visão factualista que reduz a 1822 a formação do Estado brasileiro, relativizar a percepção cara aos intelectuais e homens de Estado do oitocentos da existência de um senti-

mento nacional latente desde a colonização e repensar a Independência como um processo de ruptura/continuidade.

Entender a Independência como inserida no processo de "interiorização da metrópole"<sup>1</sup> impõe dois problemas à reflexão: primeiro, a necessidade de relativizar interpretações clássicas como a de Oliveira Lima, que situava a ruptura com a metrópole quando a "aspiração nacional corporificou-se no representante da dinastia", uma vez que existia apenas um "embrião" de classe dirigente<sup>2</sup>. O segundo, diretamente vinculado à nossa problemática, versa sobre a origem das instituições "nacionais", aqui restritas às instituições militares.

Muito já se debateu calorosamente sobre o tema. Onde demarcar a origem das Forças militares, Marinha e Exército, "brasileiras"? Valorizar sua origem em meio ao embrião de um sentimento nativista engendrado na colônia, pelo menos desde a luta contra os holandeses? Fixá-los nas lutas pela Independência como decisivas para a firmação da soberania do novo Estado nacional? Evidências empíricas socorrem ambas as abordagens, mas a identificação do "mito fundador", na clássica expressão de Marc Bloch, talvez se abrigue melhor no campo da memória do que da História.

É consensual a insuficiência de estudos sobre a história militar e particularmente sobre suas instituições. No geral, a historiografia brasileira privilegiou, desde Varnhagem até Pedro Calmon e Hélio Vianna, as ações militares, deixando em segundo plano seu estudo

como instituições, agências do Estado, cuja atuação muitas das vezes deriva de forças não militares como a política de relações internacionais, a economia e até mesmo a cultura.

Desinteresse sobre o tema, desconhecimento de aspectos técnicos da arte da guerra, restrições teórico-metodológicas a diversos domínios da história (política, diplomática, militar, etc) ao longo do século XX e embates ideológicos restringiram o interesse ou a profundidade das análises, com se vê para ficarmos num único exemplo no sumário capítulo sobre a Marinha na *História geral da civilização brasileira*, escrito por Eurípedes Simões de Paula, sendo a obra dirigida por Sérgio Buarque de Holanda considerada com uma síntese da historiografia que se renovava no início da segunda metade do século passado<sup>3</sup>.

Na historiografia militar, os trabalhos mais conhecidos investigaram prioritariamente o Exército. Gustavo Barroso<sup>4</sup> e Paula Cidade<sup>5</sup> privilegiaram em suas análises a organização operacional do Exército, seu emprego e aspectos simbólicos como a criação e distribuição de unidades e a fixação de efetivos, deixando em segundo plano a sua estrutura administrativa e a formação de seus quadros. Exceções foram os trabalhos de João Batista de Magalhães<sup>6</sup> e Francisco de Paula e de Azevedo Pondé e Vicente Tapajós<sup>7</sup>, embora o último fique muito restrito ao inventário normativo. De certa forma, João Batista Magalhães foi o pioneiro na análise das relações do Exército com a política e sua organização como agência estatal<sup>8</sup>.

<sup>1</sup> DIAS, Maria Odila Silva. A Interiorização da Metrópole, in MOTA, Carlos Guilherme. 1822. *Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

<sup>2</sup> LIMA, M. Oliveira. *O Movimento de Independência*. São Paulo: Melhoramentos, s/d, p. 27-30.

<sup>3</sup> PAULA, Eurípedes Simões de. A Marinha de Guerra, in HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1974, Tomo II, Vol. 4, p. 259-273.

<sup>4</sup> BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

<sup>5</sup> CIDADE, Francisco de Paula. *Cadetes e alunos militares através dos tempos*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

<sup>6</sup> MAGALHÃES, João Batista. Estudo sobre os Militares e a política, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* nº 234, Jan/Mar 1957, p. 139-175, e *Evolução Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

<sup>7</sup> PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo e TAPAJÓS, Vicente. *Organização e Administração do Ministério da Guerra no Império*. Brasília: Funcep, 1986.

<sup>8</sup> MAGALHÃES, João Batista. Estudo ..., p. 164.

## *Navegador 6* Um militar no Império

Caso à parte, o trabalho de Nelson Werneck Sodré, exemplo de abordagem marxista, que subordina a análise do Exército e das demais forças militares ao papel por elas desempenhado como instrumento de dominação da classe dominante.

Na área acadêmica para o período estudado, praticamente ficamos restritos ao texto síntese de John Schulz e Pedro Moacyr de Campos na *História geral da civilização brasileira*<sup>9</sup> e ao trabalho de Adriana Barreto de Souza<sup>10</sup>, que avançaram na análise da estrutura e organização do Exército, inserida no processo político imperial.

Sobre a Marinha, as obras de referência são constituídas basicamente por testemunhos de militares, o que, se não lhes diminui o mérito, deixam de lado a discussão sobre as instituições, suas redes relacionais com a sociedade e o perfil de seus quadros. Destaque-se, tanto no mérito da iniciativa quanto na renovação metodológica, a obra coletiva *História Naval Brasileira*, produzida pela própria Marinha do Brasil e, dentro dela, para o período deste estudo, o volume dedicado a organização da Marinha no Império, escrito por Herick Marques Caminha, autor de obra análoga na *História administrativa do Brasil* dirigida por Vicente Tapajós e já anteriormente citada<sup>11</sup>.

A relevância de uma abordagem institucional deriva da compreensão de que a guerra não é um fenômeno exclusivamente militar, deslocando o foco da análise para o problema do poder, o que implica em reconhecer nas instituições militares um papel articulador das diferentes “variáveis” (“econô-

micas”, “sociais”, “políticas”, “culturais”), direcionadas por seus fins teleológicos, permitindo a identificação e interpretação das diversas redes de relações sociais.

Metodologicamente, são possíveis três abordagens, que não se excluem mutuamente, e provisoriamente denominaríamos como uma história institucionalista, preocupada em reconstituir a formação legal/institucional dos entes a serem estudados; uma história das relações de poder, tomando os entes num campo de força em que se relacionam os atores e, finalmente, uma história reticulada, privilegiando os processos e buscando recuperar a historicidade das instituições, num grupo de pontos e traços formadores de um conjunto que se apresenta como uma teia<sup>12</sup>.

As forças militares destacadas no Brasil à época da Independência eram portuguesas e, como tal, detentoras de todas as características das instituições do Antigo Regime, comuns aos países europeus, que, no dizer de Quincy Wright, só nos séculos XVII e XVIII “testemunharam o desenvolvimento dos exércitos profissionais leais aos soberanos”<sup>13</sup>. No mundo moderno, para André Corvisier, a “missão mínima do Estado” compreendia a garantia da ordem, segurança e justiça, dentro da qual a “missão militar” se exercia em “dois domínios”: a ordem e segurança interna e externa<sup>14</sup>. Para o autor, é no final da chamada Época Moderna que os exércitos se “profissionalizaram” e se “nacionalizaram”<sup>15</sup>. As duas afirmativas, válidas no geral para os Estados modernos e suas forças militares, precisam ser relativizadas no caso brasileiro.

<sup>9</sup> CAMPOS, Pedro Moacyr; SCHULZ, John. O Exército e o Império, in HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.), *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1974, Tomo II, Vol. 4, p. 235-258.

<sup>10</sup> SOUZA, Adriana Barreto. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

<sup>11</sup> CAMINHA, Herick Marques. *Organização e administração do Ministério da Marinha no Império*. História Administrativa do Brasil. Brasília: Funcep, 1986.

<sup>12</sup> DIDIEU, Jean Pierre. Processos y e redes. La historia de las instituciones administrativas de la época moderna hoy, in CASTELLANO, Juan Luiz; DEDIEU, Jean Pierre; LOPEZ CORDON, Maria Victoria. *La pluma, la mitra y la espada: estudios de la historia institucional em Edad Moderna*. Madrid: Marcial Pons, 2000, p. 25 sg.

<sup>13</sup> WRIGHT, Quincy. *A guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988, p. 55.

<sup>14</sup> CORVISIER, André. *A guerra: ensaios históricos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999, p. 179-180.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 239.

O Exército português, estacionando na colônia no final do século XVIII, passara por remodelações, no período pombalino, dirigidas pelo Conde de Lippe. Estimado em 15 mil homens, a reorganização administrativa, a introdução de normas disciplinares mais rígidas e a incorporação de novos princípios estratégicos e táticos não foram suficientes para superar na estrutura militar os traços patrimoniais/estamentais da sociedade do Antigo Regime.

Fernando Uricoechea<sup>16</sup>, tomando em consideração a relevância dos grupos privados de milícias e ordenanças na manutenção da ordem interna e na defesa externa e a prebendarização das funções militares, concluiu que “falar dos militares coloniais em termos gerais é incorreto, considerando a profunda diferenciação funcional da sua estrutura”. Para a época, deve ser lembrado que Antonio de Moraes Silva, em seu *Dicionário*, atribui os dois sentidos ao adjetivo militar: “homem de guerra” e “concernente à milícia”<sup>17</sup>.

José Murilo de Carvalho em seu clássico sobre a elite política imperial a define como “ideologicamente hegemônica”, constituída pela unidade de formação e homogeneização pela carreira. Para o autor, os corpos militares constituídos nas lutas da Independência se aproximam deste perfil, pois ao contrário da América espanhola, não se subordinaram à lógica das práticas caudilhistas, prevalecendo a força de um “aparato estatal, mais organizados, mais coeso, e talvez mais poderoso”<sup>18</sup>.

Portanto, o Exército existente no contexto da Independência estava longe de possuir plenamente as características de uma corporação profissional de feição burocrática, no sentido empregado por Max Weber<sup>19</sup>. No quadro de oficiais, descontados os merce-

nários contratados nas Guerras da Independência, predominavam representantes de setores da elite colonial, com significativa presença de filhos de militares, esvaziando um pouco os raciocínios fundados em distinções entre civis e militares.

A Marinha teve um percurso diferente. Não havia uma presença permanente da Marinha de Guerra ou de instituições navais na colônia. A periodicidade de suas estadas estava subordinada à improvável regularidade das frotas ou a ações pontuais ligadas às guerras coloniais. Portanto, ao contrário do Exército, militares da Marinha não se fixaram na colônia e tampouco a sociedade colonial contribuiu para a formação dos seus quadros.

A diferença do Exército era também decorrente de outros elementos, como a manutenção das práticas tradicionais de recrutamento, que não se generalizaram na Marinha, a instituição na colônia da Academia de Guardas-Marinha, a absorção de oficiais ingleses de formação discriminatória e aristocrática e os custos de ingressos, como os caros enxovais. No entanto, o peso de tais elementos está longe de ser consenso na historiografia.

Nesta linha de raciocínio, a Marinha, conclui José Murilo de Carvalho, “fechou suas fileiras a elementos de menores recursos e manteve o padrão aristocrático durante todo o período”, tornando o acesso ao seu oficialato “aspiração dos filhos da aristocracia cabocla”<sup>20</sup>. Tal conclusão não dá conta do perfil do nosso personagem. Nascido em 1807, na Capitania do Rio Grande de São Pedro, formada sob forte tradição militar, era filho de um capitão de milícias, patrão-mor do Porto de Rio Grande e segundo-tenente honorário da Marinha. Engajado como, voluntário foi, no dizer de Marques Caminha, o exemplo honroso da categoria representati-

<sup>16</sup> URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial*. São Paulo: Difel, 1978, p. 68.

<sup>17</sup> SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Typografia de Antonio José da Rocha, 1844, Tomo II, p. 334.

<sup>18</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Brasília: UNB, 1981, p. 36-37.

<sup>19</sup> WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: UNB, 1991., Vol. 1, p. 145-147.

<sup>20</sup> CARVALHO, op. cit., p. 148.

## *Navegador 6* Um militar no Império

va da “ciência da arma, mas desacompanhada da nobreza”<sup>21</sup>.

Tomando por base a idéia de que a sociedade estamental perdeu várias de suas características no Brasil, incorporando novos elementos de hierarquização, podemos admitir que Marques Lisboa descendia de uma “pequena” “nobreza da terra” que desde a conquista do território buscou no serviço do Estado uma via de ascensão social, percorso comum da elite, como afirma José Murilo de Carvalho, ou uma “nobreza de posição”, na expressão de Lúcia Neves<sup>22</sup>.

O engajamento do jovem Lisboa como voluntário da Armada aos 15 anos não surpreende se considerarmos que à época tal idade já permitia de forma corrente o ingresso no mundo do trabalho. Na conjuntura da Independência e das guerras que lhe seguiram, era precária a disponibilidade de recursos humanos na Marinha. A evasão de oficiais que se mantiveram fiéis a Portugal, a precariedade das práticas de recrutamento, agravada no caso da Marinha pela exigência de um conhecimento técnico mais apurado, explicam a aceitação do voluntário que, apesar de jovem, parecia ter alguma prática de atividades náuticas, como transparece da documentação produzida pelo Capitão-de-Fragata Taylor e por Lorde Cochrane na sua saída da Academia e no processo de promoção a segundo-tenente<sup>23</sup>.

Passemos a examinar alguns aspectos do que denominamos de trajetória profissional singular. Tamandaré escapa às tipologias mais correntes dos oficiais. Não descendia da aristocracia, nem tampouco fora favorecido pelo cadetismo pombalino. A sua passagem pela Academia se limitara a modestos 140 dias, o que não o impediu de alcançar os mais altos postos da carreira e a no-

bilitação pelo Estado Imperial, mesmo com a recorrência de práticas típicas do Antigo Regime, como a proposta de conceder, em 1864, o título de Primeiro Almirante da Armada a um membro da Casa Imperial, no caso o Duque de Saxe, que o colocaria como superior hierárquico de todos os demais oficiais, inclusive Tamandaré e Inhaúma.

A proposta parece ter encontrado resistências e não prosperou, mas dela nos ficou o parecer, vazado com fina ironia por Nabuco de Araújo, que, no entanto, não deixava de reconhecer o atributo simbólico da concessão em uma ordem social aristocrática:

Aí vai o projeto com a dupla idéia de alteração do quadro e da promoção, como V. Ex<sup>a</sup> quer. Ainda penso que seria melhor não alterar o quadro: 1<sup>a</sup> porque assim maior honra seria para o Príncipe, que deve ter o primeiro lugar na hierarquia com a exclusão de todos; 2<sup>a</sup> porque, se assim, como V. Ex<sup>a</sup> pensa, se matam as aspirações a esse posto, por outro lado, se previnem rivalidades funestas, além de que as aspirações não devem ser infinitas, sendo que não basta para elas o posto de vice-almirante, ao depois não bastará o de almirante; 3<sup>a</sup> porque o número de almirantes não fica em proporção ao quadro da armada. E o Exército? Também quererá maior número de marechais para o Exército? 4<sup>a</sup> porque se torna mais odioso o alterar o quadro e criar o posto só para o Príncipe. Faça o melhor.<sup>24</sup>

Os sessenta e seis anos, dez meses e dezesseis dias de serviço foram cumpridos quase exclusivamente em atividades operacionais embarcado em navios da Armada. Ao contrário de outros chefes militares de destaque, como as inevitáveis comparações com Caxias e Osório no Exército e Inhaúma na Marinha, não exerceu cargos políticos e o baronato não lhe foi concedido em razão do desempenho em campanhas militares.

<sup>21</sup> CAMINHA, op. cit., p. 86.

<sup>22</sup> NEVES, Lucia M. B.; MACHADO, Humberto F. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 272.

<sup>23</sup> Transcritos em LIMA, José Francisco de. *Marquês de Tamandaré. Patrono da Marinha*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1999. p. 67-82.

<sup>24</sup> NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975, p. 407-408.

### **Marcos Guimarães Sanches**

Na década de 1850, período da hegemonia squarema\* e reconhecido consensualmente como o momento de consolidação do Império, Tamandaré, já chefe-de-divisão, exerceu entre setembro de 1852 e novembro de 1854 a Capitania dos Portos da Corte e Província do Rio de Janeiro, cargo estratégico para a implementação da Lei Euzébio de Queiroz. Ao deixar a Capitania dos Portos, foi designado Inspetor do Arsenal de Marinha da Corte, sendo promovido a chefe-de-esquadra, em dezembro do mesmo ano. Seguiu-se uma estada na Europa, quando foi incumbido de várias funções, entre elas a encomenda de novos navios para a Armada.

Foge ao objetivo desta comunicação, mas nos parece relevante, sugerir a investigação minudente da atuação de Tamandaré na Capitania e no Arsenal, considerando a relevância da conjuntura política e o possível paralelismo com a preocupação do Exército, no mesmo período, com seu reaparelhamento e modernização.

O final da década foi decisivo na carreira do nosso personagem, vice-almirante desde 1856, por sua aproximação com o Imperador D. Pedro II. Embora tenha servido como imediato da Fragata *Constituição* na vinda de D. Tezeza Cristina para o Brasil, a função de comandante da divisão responsável pela visita do Imperador ao Nordeste o aproximou do monarca, do que decorrem o baronato (14 de março de 1860), a indicação como conselheiro de guerra (21 do mesmo mês) sendo ainda nomeado, quando do regresso a Corte, encarregado do Quartel-General de Marinha (21 de novembro do mesmo ano) e ajudante-de-campo do Imperador (25 de janeiro de 1862).

A ligação com o Imperador, “símbolo da devoção comum” da unidade nacional, na expressão de Lucia Neves<sup>25</sup>, pode ser uma pista para o perfil disciplinado, e técnico, e sua ascensão funcional, apesar de avesso à política,

como destacam seus biógrafos. No Quartel-General de Marinha, serviu a dois ministros: Francisco Xavier Paes Barreto (Gabinete Ferraz), magistrado e político nos últimos três meses de gestão, e Joaquim José Ignácio (Gabinete Caxias) nos três primeiros meses de gestão. Há indicações de discordâncias entre o Almirante e os outros dois chefes militares, o Ministro e o Presidente do Conselho. Ao ser exonerado em 25 de setembro de 1861, conservou apenas as funções de conselheiro de guerra e ajudante-de-campo, permanecendo sem comissão até 20 de abril de 1864, quando recebeu o comando das Forças Navais em Operações no Rio da Prata.

No Prata protagonizou mais um embate com a política, neste caso a política externa “ativa”, como a definiu Amado Cervo, que consistia em promover a ascensão e apoiar governos aliados do Império e manter a neutralidade possível no conflito entre eles. O “sistema do Império no Prata”<sup>26</sup> fora costurado em diferentes missões diplomáticas, como as chefiadas por Soares de Souza, Belegarde e Carneiro Leão e tinham continuidade com a Missão Saraiva, visando a obter reparações do governo Aguirre às hostilidades perpetradas contra o Império.

O fracasso da Missão Saraiva e sua retirada do Uruguai (maio de 1864) deixava a representação do Brasil nas mãos de Tamandaré, que pautou sua ação mais pela demonstração de forças do que por negociações diplomáticas, firmando em outubro o acordo de Santa Lucia com Venâncio Flores e iniciando as ações de bloqueio dos portos. Para Gustavo Barroso, as ações no Uruguai foram o “estopim” que acendeu a pólvora no Paraguai<sup>27</sup>.

Se a conflagração geral do Prata concretizada pelo Tratado da Tríplice Aliança (maio de 1865) não representou surpresa na avaliação de Hélio Vianna e Delgado de Carva-

\*N.R: Epíteto dado aos conservadores no tempo do Império, e que se origina do fato de a Fazenda de Monte Alegre, pertencente ao Visconde de Itaboraá, grande prócer do partido, achar-se localizada no Município de Saquarema (RJ).

<sup>25</sup> NEVES; MACHADO, op. cit., p. 276.

<sup>26</sup> SILVA, José Luiz Werneck. *As duas faces da moeda*. Rio de Janeiro: Universidade Aberta, 1990, p. 81.

<sup>27</sup> BARROSO, op. cit., p. 182 sg.

## *Navegador 6* Um militar no Império

Iho, a ação de Tamandaré não correspondia ao conjunto do pensamento do governo do Império. O envio de nova missão diplomática (fevereiro de 1865) dirigida pelo José Maria Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco, colocou o diplomata em conflito com o militar que se pronunciou incisivamente em dezembro de 1864: “não careço de assessores e os atos que pratico são de guerra”<sup>28</sup>.

A expressão do Almirante, ainda que possa ser relativizada, nos dá a idéia de como concebe a arte da guerra desvinculada da política. Se Tamandaré entende que só ações bélicas poderiam permitir atingir os interesses nacionais, Paranhos ainda insistia na política de neutralidade. O Barão do Rio Branco, na biografia do pai, explica a insistência na saída diplomática como fruto de uma preocupação com uma “luta prolongada e destruidora” entre o Império e o Paraguai, numa conjuntura delicada consequente as difíceis relações com a Inglaterra<sup>29</sup>.

Paranhos, em famoso discurso pronunciado em 5 de junho de 1865, nos dá por oposição algumas pistas do pensamento de Tamandaré. Se o Almirante separa a política da guerra, o diplomata pensava na guerra como parte da política, “porque não se tratava, senhores, somente de diplomacia, a ação militar era portanto conhecer quais eram as nossas disposições militares e o estado da nossa força expedicionária.”<sup>30</sup>. Para Paranhos, a política externa era uma política de Estado, independente do ministério que governasse: “a política externa não deve estar sujeita às vicissitudes da política interna, que deve ter princípios tradicionais e fixos, comuns a todos os partidos; e, seguramente, senhores, desgraçado o país que, depois de tantos anos de independência, como conta o Brasil, nem ao menos tenha, ainda, princípios fixos acerca de sua política

externa com relação aos Estados limítrofes”<sup>31</sup>.

Claramente magoado com a sua demissão, centrava a crítica no antigo Ministério (ministério Furtado), mas não deixa de responsabilizar o Almirante pela ação na República do Uruguai – “O ataque a Paissandu, a segunda cidade da República Oriental, em comum com o chefe da revolução, era a intervenção armada do Brasil na questão interna”<sup>32</sup> – que na sua visão levaria ao questionamento do Império por outros Estados: “O que queríeis: a conquista? O que queríeis: levar os vossos limites até ao Rio Negro? O que queríeis: um Quinteros em Montevidéu? Releva, portanto, que o ministério transato se explique, diga em que o plenipotenciário brasileiro não compreendeu o pensamento do governo imperial e demonstre a importância da falta que notou no ato que, não obstante, aprovou”<sup>33</sup>.

Enquanto o diplomata enxergava a ação militar, particularmente o acordo com Flores, como uma intervenção na política interna do país vizinho, o Almirante não demonstrava a mesma preocupação, como transparece da carta encaminhada a Venancio Flores, em 20 de outubro de 1864:

Tenho presente a nota que V.Exa. acaba de dirigir-me, em data de hoje, na qual me comunica que, como chefe da revolução da República Oriental do Uruguai, julga necessário unir os seus esforços aos meus para chegar à solução das dificuldades internas do seu país e das que têm sido suscitadas ao governo imperial pelo governo de Montevidéu, visto que a revolução a que V.Exa. preside reconhece a justiça das reclamações do governo imperial, formuladas nas notas da missão especial, confiada a S.Exa. o sr. Conselheiro José Antonio Saraiva, e condena os atos ofensivos ao Império do Brasil do referido governo. (...)

<sup>28</sup> LIMA, op. cit., p. 245.

<sup>29</sup> RIO BRANCO, Barão do. *Biografias*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1947.

<sup>30</sup> RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos; FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005. p.305.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 306.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 321.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 304

Creio que V.Exa. avaliará o quanto eficaz é o apoio que lhe garanto de baixo de minha responsabilidade, o qual se traduzirá, imediatamente, em fatos e que reconhecerá nele mais uma prova de simpatia do Brasil pela República Oriental, a cujos males estimaria pôr um termo, concorrendo para constituir o governo que a maioria da nação deseja e que só encontra oposição em um reduzido número de cidadãos.<sup>34</sup>

Prevaleceu a opinião de Tamandaré. Voluntarismo do Almirante, então promovido a visconde, ou a percepção concreta da região, na qual o Exército paraguaio já dava mostras de se preparar para a ofensiva. Não é nossa pretensão resolver a questão, lembrando apenas que a interpretação de Pedro Calmon pende para a segunda opção: "Entre o homem de partido e o almirante em plena guerra, o soberano não hesitou"<sup>35</sup>.

O Almirante continuava polêmico e, da mesma forma que colecionara divergências com os políticos, não foram calmas as suas relações com outros chefes da Tríplice Aliança, particularmente com Mitre, embora o tratado não subordinasse a Marinha ao comando do general argentino. Depois de Riachuelo, aparentemente conseguiu fazer prevalecer seus pontos de vista e atuou decisivamente em Passo da Pátria, Tuiuti e Curupaiti, cujo insucesso foi decisivo para a sua substituição por Joaquim José Ignácio, futuro Visconde de Inhaúma, em 22 de dezembro de 1866.

Praticamente se concluiu a carreira ativa do Almirante, que restringiu desde então sua atuação ao Conselho Superior Militar. Os títulos de conde (1887) e marquês (1888) lhe chegaram no ocaso da Monarquia, já bem distante dos embates nos rios platinos

e, provavelmente, mais uma vez, se deviam às suas ligações com a Casa Imperial.

A última grande polêmica sobre Tamandaré gira em torno de sua posição na Proclamação da República. Soldado disciplinado: foi a bordo solicitar dispensa do Imperador da função de seu ajudante de campo, tendo se apresentado a seguir ao Quartel-General da Marinha. Monarquista? Teria oferecido ao Imperador o apoio da Marinha à resistência, tradição oral indicada por Calmon<sup>36</sup>. Militar profissional avesso a política? Ao desembarcar teria demonstrado conformação com a República: "O que está feito, está feito, cuidemos de trabalhar e engrandecer a Pátria", frase negada por vários de seus biógrafos<sup>37</sup>.

É fato que Tamandaré não foi um homem de partido como Caxias ou Osório, mas foi de fato um político se recuperarmos a idéia de que a peculiaridade de estrutura institucional do Império encaminha "a organização da Monarquia brasileira sob a fórmula de que o rei reina, governa e administra, dentro do discreto comando de uma estrutura burocrático-política."<sup>38</sup>, dentro da qual se distinguia a "artificialidade da elite"<sup>39</sup>.

A idéia que permeia as análises de Faoro e José Murilo de Carvalho também está presente em Ilmar Mattos, dentro da qual poderíamos colocar Tamandaré como um homem da Coroa, como tantos outros agentes do Estado:

Recuperando o que há muito evidenciamos, o Imperador devia reinar, governar e administrar porque sua figura sintetizava o papel de partido que a restauração da moeda colonial atribuía à Coroa. Como uma espécie de grande agência administrativa, a Coroa deveria conduzir tanto as relações externas quanto as internas, e o fazia por meio de seu "braço": o Executivo.<sup>40</sup>

<sup>34</sup> Ibidem, p. 314-315.

<sup>35</sup> CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981, p. 1824-1825.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 1871

<sup>37</sup> LIMA, op. cit., p.692.

<sup>38</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1976, Tomo I, p. 341.

<sup>39</sup> CARVALHO, op. cit., p. 182.

<sup>40</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 199.



## *Navigator 6* Um militar no Império

Reformado em 20 de janeiro de 1890, solicitação que já havia encaminhado antes da Proclamação, serviu no Supremo Tribunal Militar até o ano da morte, 1897, atravessando, portanto o governo Floriano Peixoto, com quem teria tido sérias divergências. A veracidade das posições não é o nosso objeto, mas certamente as suas possíveis lei-

turas ajudam a explicar a comemoração do Almirante como Patrono da Marinha.

Estamos no campo da memória e para ele não basta o estabelecimento preciso de uma verdade absoluta, mas rastrear como e quais as versões foram apropriadas na instituição da comemoração. Para isto, no entanto, teríamos que navegar em outro mar.

